

ASSENTAMENTO OITO DE MARÇO, ITAPORANGA D'ÁJUDA-SE: PROBLEMAS E POTENCIALIDADES.

SANTOS, Josefa Barreto
j_barreto_santos@yahoo.com.br

DUQUE, José Venceslau Pereira
www.vencesduque@yahoo.com.br

SANTOS, Catiana Filgueiras dos
pithy5@yahoo.com.br

RODRIGUES, Auro de Jesus, (Orientador)
Graduado em Geografia, Mestre em Geografia, Prof. do Curso de Geografia:
Licenciatura Plena da Universidade Tiradentes – UNIT.
aurorodrigues@ibest.com.br

RESUMO

No Brasil, a má distribuição de terra tem sido um fator gerador de problemas sociais como a fome, o êxodo rural e os conflitos agrários. Conseqüentemente tais problemas também estão presentes no estado de Sergipe. E apesar de se ter buscado soluções através da implantação de alguns Assentamentos Rurais, a maioria deles apresenta algumas dificuldades que precisam ser sanadas, como: solos pobres, limitação imposta pelo clima, dificuldades de acesso ao crédito rural, ausência de uma infra-estrutura satisfatória, entre outros fatores. É nesse contexto que o presente artigo buscou analisar os problemas e potencialidades presentes no Assentamento Oito de Março no Município de Itaporanga D'Ajuda-SE, visando melhor entendimento da realidade das famílias ali assentadas.

PALAVRAS-CHAVE: Itaporanga D'Ajuda. Reforma Agrária. Assentamento Rural. Agricultor.

1 INTRODUÇÃO

A questão da concentração de grandes extensões de terras nas mãos de poucos proprietários rurais é considerada um dos mais sérios e polêmicos problemas em nosso país. A origem de tal concentração remonta ao período da colonização do Brasil com a distribuição de capitanias hereditárias e posteriormente as sesmarias. Essa forma de colonização levou ao estabelecimento de grandes unidades produtivas e, também, grandes latifúndios improdutivos.

Portugal concedeu generosamente a terra a quem desejasse e tivesse condições de cultivá-las, mas a parte da legislação que proibia o latifúndio improdutivo nunca foi aplicada. Dessa forma, a permanência do padrão de exploração colonial resultou no aumento sem qualquer controle, do apossamento da terra e a multiplicação dos latifúndios.

Só em meados do século XIX, foi elaborada a primeira legislação agrária conhecida como Lei de Terras de 1850. Essa lei rerepresentou uma tentativa dos poderes públicos retomarem o domínio sobre as terras chamadas devolutas. No entanto, a lei não atingiu seus objetivos básicos principalmente por esta deixou a cargo dos ocupantes das terras, a iniciativa do processo de delimitação e demarcação das mesmas e, também, pela falta de clareza na lei a respeito da proibição da posse. Assim, a democratização do acesso a terra não ocorreu, mas, os maiores beneficiados foram os grandes proprietários rurais. Essa realidade se estendeu até a proclamação da República.

Como a Lei de Terras de 1850, serviu para regularizar a situação dos grandes latifundiários tornando-os, portanto, em proprietários legais, a única maneira de recuperar as terras improdutivas passou a ser a desapropriação. Mas essa hipótese só começou a ser discutida com mais seriedade nas décadas de 1940 a 1960, Quando a grande mobilização social em torno das reformas de base em nosso país deu à discussão do latifúndio uma roupagem diferente. A reforma agrária foi vista como um processo social amplo capaz de

contribuir significativamente nas transformações estruturais que deveriam acabar com a dominação tradicional no campo, melhorar a distribuição de renda, e impulsionar o progresso através da ativação do mercado interno.

Essa discussão sobre a reforma agrária dominou o cenário da época. Assim surge a luta pela reforma agrária, que reuniu uma grande parcela de trabalhadores rurais do Nordeste nas Ligas Camponesas. No entanto, apesar de toda mobilização a favor das reformas, o golpe de 1964 pôs fim à visão democrática e reformista da questão agrária. Criou-se o Estatuto da Terra, e a atenção dos governos militares, voltou-se novamente para a questão das terras devolutas.

O Estatuto da Terra definiu regionalmente o latifúndio e o minifúndio, definiu também que o latifúndio improdutivo fosse desapropriado para fins de interesse social e facilitar o acesso à terra aos pequenos proprietários que deveriam ser assentados nelas, como também criou uma tributação progressiva que tinha como função impedir a reaglutinação dos latifúndios anteriormente divididos pela desapropriação.

Pelo Estatuto da Terra, o Estado desapropriava, garantia a posse, sendo possível ao proprietário reclamar somente o preço justo da indenização, mas com a Constituição de 1988, o expropriado podia questionar o ato até mesmo do Presidente da República. Além dessas tentativas fracassadas de solucionar os problemas referentes à concentração de terras, e a dificuldade de acesso à mesma por parte dos camponeses sem terra, outro elemento contribuiu para o agravamento dos problemas no campo: a expansão do capitalismo no campo, fez com que grande número de pequenos proprietários deixasse suas terras, por não terem condições financeiras para mecanizarem suas lavouras, só lhes restando vender suas terras aos grandes proprietários.

Tais fatos contribuíram e ainda contribuem para a intensificação do êxodo rural, do inchamento das cidades e dos conflitos sociais. Sendo os assentamentos rurais um meio utilizado pelo Estado para amenizar ou controlar tais conflitos.

No entanto, nem sempre a conquista da terra significa que os assentados disponham da necessária infra-estrutura, tanto social como produtiva. Desse modo, após conquistarem a terra, a luta é pelas condições econômicas e sociais que venha favorecer o estabelecimento dos assentados enquanto produtores agrícolas. Assim,

A conquista da terra impõe aos assentados desafios, incertezas e expectativas da produção econômica. Para realizá-la, é necessário o (re) estabelecimento de relações com instituições públicas e privadas. [...], porém, nem sempre este ambiente no qual os produtores se insere é adequado às suas necessidades. E a sua precariedade pode impedi-los de obter avanços produtivos. A carência de meios de trabalho pode fazer com que os assentados entrem num sistema que dê continuidade a sua pobreza. (BERGAMSCO; NORDER, 1996, p. 56).

É nesse contexto, que o presente artigo faz uma análise dos aspectos sociais, econômico e espacial presentes no Assentamento Oito de Março, no município de Itaporanga D'Ajuda-SE.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar a realidade sócio-econômica-espacial do Assentamento Oito de Março, no município de Itaporanga D'Ájuda-SE, problemas e potencialidades. Já os objetivos específicos: a) explicar o processo de formação do Assentamento Oito de Março, no município de Itaporanga D'Ajuda; b) descrever sobre o acesso ao sistema educacional e de saúde no assentamento; c) verificar se a produção agrícola contribui para a sobrevivência da família; d) descrever sobre a assistência técnica, insumos e as técnicas agrícolas utilizadas no Assentamento; e) descrever sobre o processo de comercialização da produção; f) verificar como se dá o acesso ao crédito rural; g) descrever sobre as condições geoambientais do Assentamento.

Justifica-se a presente pesquisa pela importância do tema proposto para a sociedade como um todo. Pois, apesar dos inúmeros discursos e tentativas em prol de uma

reforma agrária, ainda há muito a ser feito para que milhares de famílias nesse país tenham acesso a terra, um bem que poderá atender às necessidades básicas do indivíduo e de sua família, como também contribuir no desenvolvimento da economia local ou até regional.

Sabe-se que a questão agrária atinge os interesses de mais ou menos um quarto da população do nosso país, que adquire seu sustento do campo, neste grupo estão incluídos pequenos e grandes agricultores, trabalhadores rurais, sem-terra e outros. Assim, criar uma nova estrutura fundiária socialmente justa e ao mesmo tempo viável economicamente, é um grande desafio para o país.

Assentamentos rurais que ofereçam condições adequadas e favoráveis aos assentados para o desenvolvimento de suas atividades econômicas e sociais pode ser uma solução para outra questão: a grande migração que existe no Brasil, que geralmente estão atreladas a problemas agrários como exemplo: a migração de gaúchos para Rondônia na década de 1970, os nordestinos que se deslocam para a cidade de São Paulo, como também para o interior paulista a fim de trabalharem no corte de cana das usinas de álcool e açúcar, entre outras.

Em Sergipe, o processo de reforma agrária teve início em 1985. A implantação de assentamentos em nosso estado ocorreu a partir desse ano. Até 1991, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) implantou 13 projetos, destes, 10 foram resultados de ocupações feitas por trabalhadores rurais. Hoje esse número é maior. No entanto há assentamentos que ainda apresentam problemas de infra-estrutura inviabilizando o bom funcionamento dos mesmos.

Portanto, necessita-se de um melhor entendimento relativo às dificuldades enfrentadas por vários assentamentos rurais em Sergipe, no que diz respeito ao tipo de solo, limitação imposta pelo clima, deficiência na infra-estrutura, dificuldades de acesso ao crédito, e outros fatores que limitam, em muito, um bom desenvolvimento da produção e da melhoria

da qualidade de vida dos assentados, pois, os assentamentos rurais representam uma importante iniciativa no sentido de criar empregos tanto diretos como indiretos, e gerar um desenvolvimento agrícola em bases sociais mais eqüitativas.

Os procedimentos metodológicos realizados foram no primeiro momento, pesquisas bibliográficas em livros, internet, e documentos fornecidos pelo INCRA. Em seguida, foi realizada visita in loco, registros fotográficos, entrevista e aplicação de questionários com vinte agricultores assentados. Sendo o resultado da coleta de dados foi registrado em forma de texto, gráficos e tabelas.

2 A LUTA PELA TERRA E A REFORMA AGRÁRIA

O Brasil é um país rico em recursos naturais, possui dimensões continentais, mas apresenta uma grande desigualdade social. Dentre outros fatores responsáveis por tal realidade está a má distribuição de terra e de renda entre a população. A concentração de terras no Brasil, teve origem no período da colonização:

Com a implementação das capitâneas hereditárias e seus donatários (século XVI), as terras brasileiras foram distribuídas à nobreza portuguesa ou a quem proporcionasse serviços a coroa. Logo após, os donatários implantaram o sistema das sesmarias, por meio do qual adquiriram o direito de repartir e distribuir parcelas de sua capitania a quem lhes interessasse, de preferência aqueles com o intuito de explorar seus recursos naturais. Advém daí as origens de grande parte dos latifúndios no Brasil. (FELICIANO, 2006, p. 27).

Assim, "os povos indígenas", os verdadeiros donos da terra foram os primeiros a sofrerem expropriação, perseguição e morte por parte dos colonizadores. Talvez aí, estivesse o início da primeira luta entre os desiguais. Foi a luta pelo capital em processo de expansão, desenvolvimento, em busca de acumulação, ainda que primitiva, e a luta dos "filhos do sol"

em busca da manutenção do seu espaço de vida no território invadido (OLIVEIRA, 2002, p. 11). Tais problemas que vêm se arrastando a quinhentos anos não devem ser esquecidos ou dissociados das inúmeras histórias de conflitos e massacres ocorridos no campo em nosso país.

Outro fato que contribuiu para a concentração fundiária ocorreu logo após a independência com a promulgação da Lei de Terras em 1850. O acesso a terra se tornou ainda mais difícil para aqueles que não possuíam recursos financeiros, já que desde então, a terra passou a ser adquirida através de compra/venda com pagamento em dinheiro. Quarenta anos depois, com o fim da escravidão, os escravos livres se depararam com propriedades já delimitadas e privadas, restando-lhes somente a sua força de trabalho. Dessa forma libertou-se o escravo e impossibilitou o acesso à terra (FELICIANO, 2006, p. 27).

A partir desse momento, instalou-se no Brasil a propriedade privada da terra, sendo o latifúndio a característica de poder preponderante. Como o controle do poder manifestava-se pelo acesso à terra, as disputas e conflitos iniciaram-se, ocasionando um aumento cada vez maior do processo de grilagem e especulação de terras no território brasileiro. Alguns movimentos messiânicos ocorreram, houve formação de quilombos com o sonho de viverem de forma igualitária, mas foram massacrados e exterminados, embora lutassem até o fim.

No Nordeste também houve intensas lutas pelo acesso a terra. Camponeses se revoltaram e buscaram vingar-se dos fazendeiros expropriadores de suas terras, num movimento denominado “cangaço”.

Já em 1945, surgem diversas ligas camponesas em todo Brasil, com a participação da Igreja Católica e do Partido Comunista Brasileiro (PCB):

As Ligas Camponesas foram a expressão política de conflitos que se expandiram na Zona da Mata nordestina, em especial nas áreas próximas ao Agreste, no momento em que as mudanças nas relações tradicionais começaram a se evidenciar com os aumentos considerados abusivos do foro (aluguel que os trabalhadores pagavam ao proprietário pelo uso da terra) e o cada vez mais comum "corte de sítio" - área de terra a que alguns trabalhadores dos engenhos podiam ter acesso para plantio de alimentos. (MEDEIROS, 2003, p. 17).

No entanto, o movimento das Ligas Camponesas tem que ser entendido, não como um movimento local, mas como manifestação nacional de um estado de tensão e injustiças a que estavam submetidos os trabalhadores do campo, e as profundas desigualdades nas condições gerais do desenvolvimento capitalista no país (OLIVEIRA, 2002, p. 23). Embora sofrendo repressão, as lutas continuaram e foram se organizando. Com a ascensão do Regime Militar, em 1964, o partido Comunista Brasileiro foi posto na ilegalidade em uma ação conjunta do governo com os coronéis - grandes latifundiários - que usavam a violência contra os camponeses que lutavam pela terra.

Por causa da repressão política e a expropriação resultantes de um modelo econômico, em 1979, nasceu o mais amplo movimento camponês da História do Brasil: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST. Movimento que atua através de ocupações de terras, cooperativas etc. Durante algumas dessas ocupações ocorreram sérios conflitos, nos quais muitos trabalhadores rurais morreram e ainda morrem a cada ano:

No entanto, se da violência nasce a morte, nasce também a vida. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra é produto dessa contradição. A negação a expropriação não é mais exclusividade do retirante posseiro distante. Agora ela é pensada, articulada, e executada a partir da cidade, com a presença dos retirantes a quem a cidade/sociedade insiste em negar o direito à cidadania. Direito agora construído e conquistado na luta pela captura do espaço/tempo, perdidos na trajetória histórica da expropriação. (OLIVEIRA, 2002, p. 14).

De encontro a esse movimento, surge a bancada ruralista UDR (União Democrática Ruralista), organizada por políticos latifundiários do país, com o objetivo de defenderem suas terras e impedir ou limitar o processo de reforma agrária brasileira.

Outro acontecimento mais recente, de apoio direto ao crescimento do latifúndio, teve origem durante o regime militar, principalmente no período denominado de processo de modernização da agricultura. A base desse projeto de modernização do campo, era estimular o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, por meio da grande propriedade latifundiária vinculada a um processo de industrialização acelerada nas cidades, baseado nos investimentos de empresas multinacionais.

Dessa forma, a agricultura se desenvolveu através de incentivos e créditos financeiros, mas gerou ainda maior concentração fundiária. Pequenas propriedades foram anexadas às grandes, pois pequenos proprietários não puderam pagar as dívidas contraídas com os setores financeiros, restando-lhes duas alternativas: procurar fronteiras agrícolas e atuarem como parceiros, arrendatários ou assalariados, ou ainda ir para as cidades em busca de meios para sobrevivência. Demonstrando assim, que,

Os motivos pelo quais os militares não davam um caráter político-social à reforma agrária estavam relacionados ao fato de acreditar que tudo se resolveria com o progresso econômico, onde por meio de incentivos e subsídios fiscais, pretendiam atrair grandes empresas, e essas ao lado do latifúndio, modernizar-se-iam e aumentariam assim a produção, transformando o trabalho camponês em uma forma assalariada e o latifundiário em grandes empresas rurais, denominando esse processo de “modernização conservadora” Pinto. (apud FELICIANO, 2006, p. 38).

No entanto,

É conveniente salientar que a melhoria das técnicas de produção, o aumento da rentabilidade da terra, sem medidas complementares em defesa do trabalhador do campo, até hoje, no Brasil, apenas tem carregado mais dinheiro para os bolsos dos ricos proprietários, continuando os mourejam a terra a viver nas mais precárias condições de vida (ANDRADE, 2005, p. 289).

Segundo Feliciano (2006), para o regime militar, no entendimento sobre o desenvolvimento capitalista na agricultura, essa é uma corrente teórica que defende a transformação dos latifúndios em empresas rurais capitalistas que supostamente resolveriam o problema da produção de alimentos tanto para o consumo interno quanto para a exportação. Porém, não aconteceu o esperado, pelo fato de grandes empresas irem para as regiões Norte e Centro-Oeste somente com o intuito de receberem incentivos fiscais, regiões estas de grande

migração de camponeses do Nordeste, pelos expressivos e tensos conflitos sociais, e pela não concretização da reforma agrária prometida pelos militares. Sendo necessário criar um Projeto de Lei de Reforma Agrária, sendo então aprovada pelo Congresso Nacional, em 30 de Novembro de 1964, a Lei 4.501, criando assim o Estatuto da Terra que,

Promulgado no Governo Castelo Branco, mas resultante ainda das pressões de base anos que o precederam, visava desenvolver uma política de reforma agrária e de colonização. Tentava na verdade, alcançar uma reformulação, não revolucionária, da estrutura agrária. Autorizava a desapropriação de terras e a implantação de grandes programas de colonização, tanto nas áreas desapropriadas como naquelas em ocupação. Se realmente aplicado, teria tido conseqüências que atenuariam a crise agrária em que ora nos debatemos. (ANDRADE, 2005, p. 243).

Referindo-se ainda a este Estatuto, Feliciano ressalta que:

Para fazer valer o Estatuto da Terra, foram criados dois órgãos: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), ligado às questões de reforma agrária, e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA), este voltado às políticas agrícolas para o desenvolvimento rural, criações estas que causou preocupação ao governo pelo fato de ser verificado que os organismos estavam sob subordinação, ficando o IBRA diretamente subordinado à Presidência da República e o INDA, uma vez vinculado ao Ministério da Agricultura, subordinado aos grandes proprietários capitalistas. (FELICIANO, 2006, p. 36).

Com a publicação do Decreto-lei 1.100, em 09 de Julho de 1970, o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário) e o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) deixam de existir, sendo na mesma ocasião criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), organismo do qual não se pode esperar grandes resultados pelo fato de estar subordinado à pasta do Ministério da Agricultura, que por sua vez, tinha a presença de grandes latifundiários.

Já em 1980, com a finalidade de ocupar os chamados espaços vazios, reprimir o crescimento de forças políticas na luta pelo acesso a terra e confiscar o poder das oligarquias regionais, e o poder local dos coronéis então excluídos da política econômica e fundiária, foi formado o Grupo Executivo de Terras do Araguaia/Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo de Terras do Baixo São Francisco (GEBAM), esses programas tiveram como preocupação, o reconhecimento da importância da reforma agrária, isolando a ação do INCRA e causando em

1982 a criação do MEAF (Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários) então comandado por um general.

Em 1985, após 21 anos de governo militar, com a posse de um presidente civil – Tancredo Neves - eleito indiretamente, o Brasil entra na chamada transição democrática. Com o falecimento deste, o vice-presidente José Sarney assume a presidência da Nova República como também todos os compromissos referentes à questão agrária, criando assim, o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e escolhendo como ministro Nelson Ribeiro. E o INCRA passa a ser presidido por José Gomes da Silva, agrônomo, e grande defensor de uma efetiva reforma agrária, um dos autores do Estatuto da Terra:

Os indícios de que a reforma agrária seria colocada na pauta política daquele governo ficaram nítidas no IV Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) com o comparecimento do presidente Sarney e do ministro Nelson Ribeiro onde apresentam uma proposta para a elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República, então necessitado desde o Estatuto da Terra criado em 1964. (FELICIANO, 2006, p. 38).

Em 1988, com a aprovação da nova Constituição, a reforma agrária apresentou outros atrasos para o seu estabelecimento. Segundo Gomes da Silva (apud FELICIANO, 1988), para a eficácia de uma legislação constitucional, com vistas à reforma agrária, seria necessário se ater a três processos-chave: como é feito o pagamento (título ou dinheiro), o quão rápido o Estado se utiliza do modo de imissão na posse (prévio ou posterior) e a definição do valor das terras desapropriadas.

Ao chegar à década de 1990, observou-se um recuo progressivo na implantação da Reforma Agrária por parte dos últimos governos civis. Por outro lado, os trabalhadores se organizaram cada vez mais politicamente e socialmente utilizando diferentes formas de luta para conquistarem o acesso a terra. Assim, uma estratégia de ocupação mais intensa e gradativa, foi se espalhando por todo país. Segundo Oliveira (2002), o número das ocupações passou de 67 para 118, entre os anos de 1987 a 1994. Sendo que 70% dessas ocupações

ocorreram nas regiões Nordeste e Centro-Sudeste, 13% na região Sul, e 17% na Região Amazônica. Embora o número de ocupações de terras tenha sido menor na região Amazônica, neste período, foi nessa região que ocorreu a maior concentração de violência, com um maior número de mortos no campo.

Apesar de nas últimas décadas o número de pequenas propriedades ter aumentado, a maior parte do território brasileiro ainda continua sendo ocupada por grandes latifúndios. Dessa forma, observa-se um grande número de pequenos estabelecimentos rurais ocupando pouquíssimo espaço, enquanto um pequeno número de latifúndios ocupa grandes extensões de terras, na maioria das vezes pouco aproveitadas.

Os dados sobre a estrutura fundiária brasileira demonstram esse fenômeno. Em 1996, a distribuição de terras de propriedades com mais de mil hectares chegava a 45,1% sobre o total existente no Brasil. Essa porcentagem cresceu com o passar das anos, demonstrando que o latifúndio está em total fase de expansão e concentração, observando-se, segundo o INCRA (1997 apud FELICIANO, 2006), um crescimento entre os anos de 1972 até 1978 (época do regime militar) de 47% a 53% respectivamente, chegando a atingir, em 1992, um total de 55,2% com relação as propriedades maiores de mil hectares, sendo o próprio órgão do governo federal quem assume a contradição existente na sociedade brasileira. Assim,

Em linhas gerais, a estrutura fundiária manteve-se quase inalterada: menos de 25% do universo dos imóveis cadastrados, representados pelo segmento dos grandes imóveis com área igual ou superior a mil hectares, continua detendo mais de 50% da área cadastrada, ou seja, mais de 165 milhões de hectares. INCRA. (1997 apud FELICIANO, 2006, p. 78).

Conforme pesquisas realizadas pelo IBGE (1995/1999), 4,3 milhões de estabelecimentos rurais correspondem à propriedades de até cem hectares, e cerca de cem mil referem-se a imóveis acima de quinhentos hectares, sendo o Nordeste detentor de 38% desses imóveis (acima de quinhentos hectares), seguido da região Sul com 19,2% e Centro-Sudeste

com 16%, contudo, em relação à presença da grande propriedade, ou seja, acima de dois mil hectares, pode-se interpretar que sua materialização está concentrada principalmente nas regiões Centro-Sudeste e Amazônia, tendo os estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás apresentando um elevado número de propriedades com extensões acima de dois mil hectares, principalmente pela expansão do cultivo de soja e algodão. Porém, a Amazônia continua sendo o refúgio das grandes propriedades de terras no Brasil.

Essa discrepância na distribuição e acesso à terra juntamente com a má distribuição de renda e modernização da agricultura são responsáveis pelo aumento do êxodo rural, a fome, o inchamento das cidades e os conflitos agrários.

A história de luta pelo acesso à terra em nosso país, no final do século XX, deixa claro que é impossível conviver com uma estrutura fundiária tão concentradora. Demonstra também que só ocorre um rompimento desta ordem quando os trabalhadores mobilizam-se ocupando terras. Segundo Oliveira (2002), no estado de São Paulo, 80% dos assentamentos foi resultante de ocupações.

Oliveira (2002) comenta ainda, que entre 1978 a 1994, os trabalhadores em sua luta no cotidiano pela terra, muitas vezes sanguinária, conseguiram conquistar, em mais de mil assentamentos, mais de 7 milhões de hectares de terra, destinadas para serem cultivadas por 140 mil famílias.

Essa conquista ainda que pequena se comparada com o imenso território brasileiro e em particular dos latifúndios, significa uma esperança para muitos camponeses que ainda não possuem terra, continuarem sua luta pela mesma no Brasil. Assim, se faz necessário uma ampla e massiva reforma agrária como meio de retirar da miséria e da fome milhões de brasileiros. Portanto diante do que foi até agora exposto, observa-se que:

Acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que permite aos trabalhadores - donos do tempo que o capital roubou e construtores do território coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão - reporem-se/reproduzirem-se, no seio do território da reprodução geral capitalista. (OLIVEIRA, 2002, p.14).

2.1 Assentamentos Agrícolas

O termo "assentamento" apareceu pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, e se difundiu para inúmeros outros países (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 7). No Brasil, os assentamentos surgem como uma nova categoria no meio rural, sendo que a implementação desses é uma forma de ação política que visa atenuar ou controlar a violência dos conflitos sociais que vem ocorrendo no campo. Conflitos esses, que se expandiram consideravelmente a partir do surgimento das Ligas Camponesas em 1945.

No Brasil existem muitas famílias assentadas e distribuídas em diversos núcleos, onde a múltipla origem destes assentamentos permite classificá-los segundo Bergamasco e Norder (1996) em cinco tipos de assentamentos rurais:

a) *assentamentos através de projetos de colonização em áreas de fronteiras:*

formulados durante o regime militar, no período de 1964, o governo militar criou o estatuto da terra (lei 4.504), estabelecendo diretrizes para a execução de projetos de colonização em área de fronteiras; exemplo dessa colonização é a região Amazônica que passou a ser vista, como uma solução para o problema agrário do país. Dentro desta perspectiva, a ocupação de novos territórios ocorria de duas maneiras; a primeira por pequenas unidades familiares, e a segunda por

grandes empresas agropecuárias ou não. No período de 1970 e 1984, a colonização teve maior importância, onde foram assentadas cerca de 86.500 famílias nos projetos oficiais de colonização. Nestes, em quase 20 anos foram assentados um total de 160 mil famílias em mais de 260 projetos de colonização, principalmente na região Amazônica e de fronteira;

b) *assentamentos de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas:*

com a construção das barragens de Sobradinho, Itaparica, Tucuruí e Itaipu não foram levados em conta às implicações sociais das inundações e o seu impacto na sociedade local que foi considerada um problema secundário; como exemplo a barragem de Sobradinho que cobriu 4.214 km² das férteis áreas da caatinga nordestina, e com isso foram deslocados 70 mil moradores, destes, grande parte eram produtores rurais. Com a construção dessas usinas, surgiram novas empresas agropecuárias interessadas em ampliar seus projetos de agricultura irrigada nas regiões próximas a áreas de lagoas, com isso, ocorreram vários conflitos;

c) *assentamentos através de Planos estaduais de valorização de terras públicas e*

de regularização possessória: no plano político vários governadores, em alguns pontos do país, procuraram identificar, cadastrar e concluir com a distribuição de terras públicas a regulamentação de posseiros, mais isso não foi possível, pois estes necessitavam de outras medidas. No entanto, o estado, passou a requisitar as áreas ocupadas irregularmente pelo latifúndio. Assim os programas estaduais atingiram 120 mil famílias assentadas em 634 núcleos que totalizam 4,7 milhões de hectares, dessa forma, os assentamentos estaduais são utilizados como medidas para resolver o problema da luta pela terra, sem recorrer à

desapropriação para a reforma agrária, dando preferência à ocupação de áreas estatais ociosas;

d) *assentamentos através de Programas de reforma agrária com desapropriação para interesse social*: o início dos anos 80 é marcado pela crise do regime militar e pela ascensão de governos democráticos. Nos planos políticos muitos governadores foram eleitos utilizando-se de promessas que incluíam mudanças políticas, econômicas e sociais relacionadas à demanda por terras, o objetivo era a reforma agrária com a desapropriação de terras para interesse social. No entanto, tais promessas não se concretizaram, o que houve na realidade foram sistemas de grilagem ativa, terras sendo ocupadas ilegalmente por latifundiários, aumentando ainda mais suas propriedades, principalmente na região Norte do Brasil. Contudo, a dimensão dos conflitos dos sem terras com os latifundiários ou com o estado, está bem caracterizada nos acampamentos e nas ocupações de terra. É através de tais meios, que o MST age como força política reivindicando os direitos sociais;

e) *assentamentos com a criação de reservas extrativistas na região amazônica e outras atividades voltadas ao aproveitamento de recursos naturais renováveis*: a proposta de criação de reservas extrativistas foi formulada em 1985, durante o Encontro Nacional de Seringueiros, onde o conselho nacional dos seringueiros (CNS) iniciou uma campanha para fazer com que o INCRA reconhecesse a especificidade dos assentamentos extrativistas da região amazônica. Pois, em meados do século XIX, a borracha já estava sendo utilizada nas indústrias de forma bastante contínua, e seu rápido crescimento ocorreu com a expansão da indústria automobilística na virada do século. Com isso, esta se tornou um produto de alta demanda no mercado, onde os seringais da região ocidental da

amazônica começaram a atrair migrantes nordestinos. Portanto, a dinamização na extração da borracha ocorria a partir da separação entre propriedade fundiária e trabalho. No entanto as reservas extrativistas já se configuram uma alternativa real de desenvolvimento socioeconômico e ambiental para a região amazônica.

Assim, os pontos em comum entre esses assentamentos são as intensas mobilizações política dos trabalhadores e a preexistência de conflitos sociais, que pressionam o Estado à reforma agrária.

Os assentamentos surgem como uma nova categoria social no meio rural do país, onde o processo de modernização agrícola faz com que se quebrem as tradicionais relações da população rural com o latifundiário, fazendo com que esses assentados consigam ter relações de dependência políticas e econômicas, visto que a maioria dos recursos adquiridos advém principalmente de programas governamentais.

A condução da produção agrícola dos assentamentos exige a disponibilidade de recursos técnicos e financeiros, mas nem sempre possuem quando iniciam as suas atividades. Com isso, recorrem a formas associadas e cooperativas para viabilizar o trabalho, onde recebem apoio do MST, dos órgãos governamentais, entre outros. Entretanto há assentamentos que já dispõe dos meios necessários à produção, e em função disso, não consideram necessário recorrerem às cooperativas.

Assim, grande parte dos assentamentos realiza sua produção fundamentalmente com a força do trabalho familiar, onde essa ocasiona o estabelecimento de relações sociais específicas e diferentes daquelas encontradas em latifúndios com a existência de vínculos empregatícios e encargos salariais.

As variações dos assentamentos no mundo são significativas, mas de forma geral, os produtos cultivados nos assentamentos são destinados à alimentação da família ou a venda

nos mercados, no entanto há cultivos que são destinados fundamentalmente ao comércio, como feiras, armazéns etc.

Os assentados em sua grande maioria continuam presos às cadeias tradicionais de comercialização sendo que esses têm três alternativas de comercialização, segundo Zamberlam e Froncheti (apud ROMEIRO, 1994), que podem ser classificadas como:

- a) comercializar a sua produção com grupos oligopolizados onde os preços são fixados unilateralmente;
- b) comercializar via esquerda tradicional – feiras, pequenos mercados, de casa em casa, onde o produtor tem poder na fixação final dos preços de seus produtos;
- c) iniciar um processo novo, dentro da dinâmica da “comercialização direta” com grupo de trabalhadores urbanos organizados, onde juntos definem regras.

Segundo Oliveira (2005), convém ressaltar que os assentamentos agrícolas são fortemente diversificados, pois enquanto alguns agricultores apresentam uma elevada produtividade, usam insumos e tecnologias modernas, obtém um bom nível de renda e, geralmente, tem auxílio do crédito rural, outros apenas dispõem de instrumentos rudimentares como o arado, a enxada, sendo que este, em épocas específica de plantio e colheita, alugam máquinas, tratores e colhedoras.

Quanto ao aspecto tecnológico, as técnicas empregadas nos assentamentos geralmente determinam o sistema de produção. Portanto o agricultor tem que estar constantemente bem informado sobre as inovações tecnológicas e assim poder aprimorar o seu processo produtivo.

Entretanto com o avanço técnico-científico-informacional algumas unidades agrícolas ainda continuam a enfrentar problemas como a dificuldade de transporte,

comercialização da produção, insumos muito caros, a ausência de assistência técnica, entre outros.

Assim, as técnicas utilizadas pelos assentamentos geralmente são tradicionais e rudimentares, onde a falta de assistência técnica e de insumos acaba comprometendo a produção e a produtividade. Logo, os agricultores mais frágeis e vulneráveis, são os mais atingidos pelos efeitos das crises que afetam o setor agrícola.

No entanto, vale ressaltar que a tecnologia, quando bem empregada e administrada em Assentamentos, é uma importante ferramenta de desenvolvimento social.

A comercialização da produção das unidades agrícolas é outro problema enfrentado pelos agricultores, pois a falta de estrutura, a escassez de capital para escoar e armazenar a produção e a pouca integração com o mercado, possibilitaram o aparecimento de um grupo de intermediário ou atravessadores, que mantém os preços baixos para o produtor e elevado para o consumidor. Essa forma de comercialização é muito utilizada em várias unidades agrícolas na atualidade, porém ainda tem muitos agricultores que comercializam pessoalmente seus produtos, principalmente nos locais mais próximos dos seus assentamentos.

3 MUNICÍPIO DE ITAPORANGA D'AJUDA

Segundo Mendonça e Silva (2002), o município de Itaporanga D'Ajuda, um dos mais antigos de Sergipe, foi fundado em 1575, pelo padre jesuíta Gaspar Lourenço, nas terras pertencentes à tribo Tupinambá, chefiada pelo Cacique Suruby. Nasce como Vila em 1854,

quando ocorreu a independência de São Cristóvão. Passou a ser cidade em 28 de março de 1938, de acordo com a Lei número 69/1938.

3.1 Localização

O município de Itaporanga D’Ajuda está localizado na mesorregião leste do Estado de Sergipe e microrregião de Estância, limitando-se ao sul com os municípios de Estância, a oeste com Salgado, Lagarto e Campo do Brito, ao norte com Areia Branca e Laranjeiras e a leste com São Cristóvão e o Oceano Atlântico. Estando a sede do município a uma altitude de 38 metros, e coordenadas geográficas latitude 10° 59’ 50’’ sul, e longitude 37° 18’ 22’’ oeste. O acesso ao município, a partir de Aracaju, é feito pelas rodovias pavimentadas BR 235 e BR 101 (SEPLANTEC, 2002). Segundo Mendonça e Silva (2002), o município de Itaporanga D’Ajuda está distante 30 km de Aracaju, compreende uma área de 757,3 Km², com uma população de 28.714 habitantes, em 2005, e uma densidade demográfica de aproximadamente 26,4 h/Km² (mapa 01).

3.2 Economia

A atividade econômica de Itaporanga D’Ajuda compreende a pecuária, indústria e o comércio. Tendo como principais cultivos agrícolas o coco-da-baia, o coco-anão, a laranja, seguida da mandioca, do maracujá e da banana. Já a pecuária esta representada pela criação de

bovinos (gado de corte e gado de leite), criação de suínos (reprodução e corte), ovinocultura e pelos galináceos. Na indústria, destaca-se a mineração (areia, metarenito e calcário). Há também no município, fábricas de beneficiamento de papel higiênico, calçados e biscoitos.

Em Itaporanga D’Ajuda, a indústria de couros e peles (curtume) foi de grande importância no contexto econômico. No comércio observa-se a presença de revendedores de produtos agrícolas, restaurantes, padarias, bares estando distribuídos na sede e outros povoados. Há também casas de farinha na zona rural, quatro mercados municipais, dois na sede e dois nos povoados Sapé e Tapera, presença também de minimercados distribuídos na zona urbana e rural, lojas de confecções, produtos de beleza e de material de construção.

No município também se desenvolve o artesanato, trabalhos em renda, argila (potes e biscois), vassouras de pindoba comercializadas na sede e povoados. A maioria desses produtos é comercializada na feira que se realiza aos sábados, num horário que se estende das cinco horas às 14:00 horas. Nas feiras também são oferecidos café e almoço.

3.3 Serviços

A sede do município dispõe de duas agências bancárias: Banco do Brasil, e o Banco do Estado de Sergipe – BANESE. As fontes arrecadoras do município são: IPTU, ICMS, IPVA, FPM, FNDE e outros.

As atividades culturais e desportivas acontecem no Centro Cultural, no Ginásio de Esportes e nas quadras espalhadas pelo município. Quanto à educação, o município dispõe de escolas de nível pré-escolar, estabelecimentos de ensino fundamental e somente um para o ensino médio. Também há no município uma Biblioteca Pública.

O setor de prestação de serviços conta com o Centro de Saúde Governador Valadares que está localizado na sede, este presta assistência médica nas áreas de pediatria, ginecologia e obstetrícia, pré-natal, serviços de enfermagem, exames citológicos de prevenção, além de outras atividades similares, como aerosol. O município dispõe também de doze postos de saúde distribuídos na zona rural.

Segundo Mendonça e Silva (2002) a Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO), é responsável pelo abastecimento de água, atendendo a 2.399 domicílios (dados de 2003). O escoamento pluvial, e o esgotamento sanitário são feito através de fossas sépticas e comuns. As atividades de limpeza, transporte e acúmulo do lixo são efetuadas por varrição, coleta e transporte para depósito final em terreno baldio.

Ainda no setor de serviços, encontra-se no município: farmácias, salões de cabeleireiro, oficinas mecânicas, serralheria, borracharias, uma clínica médica e consultórios odontológicos.

A cidade dispõe de um terminal rodoviário, e meio de transporte mais utilizado é o rodoviário, realizado através de ônibus de várias empresas e transportes alternativos. Com respeito ao panorama social, há no município um Conselho tutelar dos Direitos da criança e do Adolescente, um Conselho de Desenvolvimento Rural e Agrário e da Assistência Social, há várias associações, dois sindicatos, sendo um patronal e outro de trabalhadores rurais. A comunicação é feita também através do jornal Tribuna de Itaporanga.

3.4 Aspectos Físicos

Segundo dados da SEPLANTEC (2002), O município de Itaporanga D'Ajuda tem um clima do tipo megatérmico úmido e sub-úmido com moderada deficiência no verão,

apresenta temperatura média de 25,2°C, precipitação pluviométrica anual de 1.463,3mm e período chuvoso de março a agosto.

O relevo da região está representado basicamente pelos domínios morfológicos dos depósitos sedimentares (planícies litorâneas e fluviais) e das bacias e coberturas sedimentares (baixo planalto Palmares Estância/Tabuleiros do Rio Real). Os solos presentes são dos tipos: Argissolos, Indiscriminado de Mangue, Espodossolo, Aluviais Distróficos, Eutróficos e Latosol Vermelho Amarelo.

Na porção centro-sul, cerca de 70% do território, afloram areias finas e grossas com níveis argilosos e conglomeráticos do Grupo Barreiras, ao lado de depósitos aluvionários e coluvionários arenosos e argiloso-arenosos recentes. Na área norte, afloram argilitos, siltitos, arenitos e conglomerados da Formação Lagarto (Grupo Estância), calcários, dolomitos, folhelhos. A vegetação engloba tipos como Cerrado, Caatinga, Capoeira, vestígio de Mata Atlântica e Higrófila.

O município está inserido em três bacias hidrográficas: Vaza-barris, Sergipe, Piauí, e constituem a drenagem principal, além do Vaza-barris, e rio Fundo. (SEPLANTEC, 2002).

4 ASSENTAMENTO OITO DE MARÇO

4.1 Localização e acesso

O Assentamento Oito de Março está localizado no município de Itaporanga D'Ajuda, microrregião de do litoral Sul-Sergipano, Estado de Sergipe. Dista 35 km de

Aracaju, capital do Estado. Segundo o INCRA (2008), o assentamento Oito de Março, compreende uma área de 1.776,3675 hectares, localizado à margem esquerda do rio Poxim-Açú, região geomorfológica Tabuleiros Costeiros (mapa 02).

O melhor acesso ao assentamento é através da BR 235, entrando à esquerda em uma estrada de piçarra que dá acesso a Fazenda Cafuz e Povoado Pedrinhas.

Conforme dados do INCRA (2008) e informações fornecidas pela Associação do assentamento, há atualmente 93 famílias cadastradas e 16 famílias (filhos de assentados), que vivem também no assentamento, em uma área média de 9,57 hectares por família cadastrada.

4.2 Solos

Segundo dados fornecidos pelo INCRA (2008) os solos presentes na área que compreende o assentamento são: a) argissolo vermelho amarelo 97,5% da área são solos de baixa fertilidade natural, relevo variando de plano a suave ondulado a forte ondulado, textura média/argilosa com presença de cascalho na superfície, nas encostas; b) as areias quartzozas, 20% da área, ocorrem nos topos dos tabuleiros, são solos de textura arenosa, profundos, relevo plano, muito drenado e de baixa fertilidade natural; c) os solos hidromórficos, 5% da área, ocupam as várzeas ao longo do rio Poxim-Açú e seus afluentes, possui uma textura argilosa, geralmente mal drenados, baixa porosidade, susceptíveis a encharcamentos e moderadamente ácidos.

Conforme observação in loco e dados fornecidos pelo INCRA (2008), à fertilidade dos solos presente na área do assentamento podem ser divididos da seguinte forma: 30% das terras são apropriadas para a lavoura, mas necessita de cuidados mais eficientes, pois estes

apresentam pouca ou média profundidade efetiva, e possui grande tendência à erosão; 46% são terras destinadas a cultivos que ocorram de forma esporádica, pois são áreas de relevo mais íngreme, susceptíveis a erosão e menos férteis, sendo solos porosos e permeáveis. Portanto, são terras inadequadas para culturas anuais, sendo mais bem aproveitadas quando apresentam uma vegetação permanente que sustentem o solo; e 24% são terras inadequadas para a agricultura. Os locais de solos mais férteis são aqueles próximos às margens de rios e riachos, no entanto há uma preocupação com respeito às matas ciliares, pois estas não podem ser desmatadas. O relevo varia de plano, ondulado suave e forte ondulado.

4.3 Recursos Hídricos

O Assentamento está inserido em áreas das bacias hidrográficas dos rios Sergipe e Vaza-Barris. Apresenta várias cabeceiras de riachos tributários do Rio Poxim-Açu (foto 01), sendo os mais importantes os riachos Santo Antônio, do Menino e Jacaré.

4.4 Clima e Vegetação

O clima na região do assentamento Oito de Março é do tipo mediterrâneo com predomínio das chuvas no outono e inverno, concentradas entre os meses de abril a agosto, e temperatura elevada o ano todo. O período seco varia de 3 a 5 meses, e a precipitação pluviométrica varia de 750 a 1250 mm anuais (INCRA, 2008).

Os ecossistemas observados na área estão inseridos no domínio da Mata Atlântica, em diversos estágios de recuperação. Parte da área possui cobertura vegetal caracterizada como floresta estacional semi-decídua e outra parcela, nos terrenos arenosos, a vegetação natural é do tipo mata de restinga. Porém a pressão das famílias acampadas e posteriormente assentadas acelerou o processo de desmatamento, comprometendo a preservação da biodiversidade existente (foto 02).

5 HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO

O Assentamento Oito de Março é assim denominado em homenagem à data da primeira ocupação. No dia 08 de março de 1993 ocorreu a ocupação da Fazenda Cumbe. A mobilização foi realizada pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – apoiado pelo sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR, de Itaporanga D’Ajuda. Segundo informações cedidas pelo INCRA (2008) e pelos assentados, essa primeira ocupação contou com 258 famílias de agricultores rurais sem-terra e durou 17 dias. Após acordo firmado entre o INCRA e, o proprietário e famílias, os últimos desocuparam a área sob condição de que num prazo de 45 dias teriam uma solução definitiva. Devido à demora da solução, 80 famílias retornaram à área (Fazenda Cumbe). No dia 21 de Abril de 1994 finalmente saiu o decreto de desapropriação, e no mês seguinte a emissão de posse.

5.1 Organização Social

O assentamento possui duas associações: a Associação dos Assentados do Projeto de Assentamento Oito de Março, com 74 associados. Os demais assentados dividem-se em sócios e não sócios da Associação de Desenvolvimento Rural. As associações são mantidas por meio de uma contribuição no valor de R\$ 2,00 mensais de cada associado. Segundo os agricultores, essa divisão dos assentados entre duas Associações, está dificultando o pagamento das dívidas atrasadas com o banco e impedindo o acesso a novos créditos financeiros.

Assim, devido ao forte individualismo por parte dos assentados, as associações não vêm cumprindo o seu papel social e estão resumidas a reuniões de interesse geral do assentamento, com o pessoal da Assistência Técnica ou com o INCRA. Nessas reuniões, a participação das mulheres é expressiva, mas do ponto de vista da tomada de decisões, é praticamente nula, ficando esta a cargo dos homens. E os jovens, praticamente não comparecem às atividades das associações.

Das vinte pessoas entrevistadas no assentamento, 15 foram do sexo masculino e 5 do sexo feminino. No entanto, observou-se no local uma proximidade entre o percentual de homens e mulheres residentes no Assentamento. Os dados fornecidos pelo INCRA (2008) confirmam esse fenômeno (gráfico 01). Verificou-se também, que a população está dividida em diferentes faixas etárias, o que é um fator positivo, pois, na medida em que os mais idosos vão deixando a atividade no campo, resultando em uma renovação de recursos humanos no decorrer do tempo (gráfico 02).

5.2 Infra-Estrutura Física, Social e Econômica

A presença da pequena unidade industrial tradicional, dentro do assentamento, se resume ao beneficiamento da mandioca através da casa de farinha (foto 03). Existem no assentamento três casas de farinha, destas, duas pertencem ao assentamento, e a terceira é de propriedade particular. A primeira casa de farinha é administrada por uma comissão eleita pelos assentados, sendo esta comissão responsável pela manutenção da mesma, através de recursos oriundos de uma contribuição, que corresponde a 10% do que foi produzido pelos usuários, conforme um estatuto específico que rege a forma de sua utilização. A casa de farinha possui forno elétrico, e a conta de energia é paga pela prefeitura do município de Itaporanga D'Ajuda.

A mandioca também é utilizada na produção de subprodutos como a tapioca, beijus etc., os quais são comercializados em Aracaju. Porém, essa atividade realiza-se na própria residência de um dos assentados.

A segunda casa de farinha ainda não teve a construção concluída, embora todo maquinário para beneficiamento de derivados da mandioca já tenha sido comprado, esperando somente sua instalação. Os recursos provenientes para a implantação dessa nova casa de farinha foi fruto de uma parceria entre o Banco do Brasil, Petrobras e MST, porém faltam as instalações elétricas, hidráulicas e aviamentos.

Segundo o presidente da Associação do Projeto de Assentamento Oito de Março, há um trator pertencente ao assentamento, e este se encontra muito danificado, precisando de uma ampla recuperação. O orçamento do concerto do mesmo ficou em R\$ 11.300,00, e está em uma oficina, na Colônia Treze, no município de Lagarto, aguardando autorização para concerto.

Existe no Assentamento a Escola Municipal Maria Garcez, a qual funciona atualmente com três professores, dois serventes, uma secretária, a diretora e um vigia. O vigia, as serventes e o diretor são filhos de assentado. Os professores são oriundos dos povoados vizinhos, de Aracaju e da sede de Itaporanga D'Ajuda (foto 04).

O prédio da escola encontra-se em estado de conservação regular, possuindo duas salas de aula, uma secretaria, uma cozinha e dois banheiros. A merenda escolar é distribuída diariamente, faltando eventualmente por atrasos na entrega da mesma.

Há também uma quadra poliesportiva que é utilizada tanto pela escola, como em campeonatos esportivos da comunidade (foto 05).

É ofertado ao Projeto de Assentamento (PA) o Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), nos turnos manhã e tarde. Já os alunos de Ensino Médio deslocam-se para as escolas de Itaporanga d'Ajuda, através de um ônibus cedido pelo poder público desse município.

Dos vinte entrevistados no assentamento, quinze sabem ler e escrever e cinco não foram alfabetizados. No entanto, o INCRA fornece dados mais detalhados sobre o nível de escolaridade das pessoas que vivem no Assentamento: 23,27% cursam o ensino fundamental I; 18,29% estão no fundamental II; 7,31% cursam o ensino médio ou pararam de estudar durante o curso; 9,75% já concluíram o ensino médio; 1,21% concluíram o ensino superior; 21,95% dos jovens estão fora da escola (INCRA, 2008).

Atualmente as Associações estão negociando com o Governo do Estado a construção de uma Escola Estadual de ensino médio, dentro do Assentamento.

Também existe no Assentamento, um Centro Comunitário, local destinado à realização de reuniões, encontros, cursos e seminários, todos voltados para o interesse da comunidade. Ele composto por duas salas e dois banheiros. As mesmas estão precisando de reparos em sua estrutura física (foto 06). E uma Igreja Evangélica construída com recurso próprio.

5.3 Saúde, Saneamento Básico e Resíduos Sólidos

Não existe posto de saúde no assentamento, é o agente de saúde quem faz acompanhamento das famílias sistematicamente. Normalmente as famílias são atendidas no posto de saúde do Povoado Pedrinhas aproximadamente 5 km do assentamento. Sendo os casos mais graves levados para o Município de Areia Branca ou para a Capital, Aracaju.

O assentamento não possui saneamento básico. Todas as casas precisam ser recuperadas ou ampliadas sob algum aspecto. O lixo doméstico produzido é queimado ou enterrado no fundo do quintal, não havendo coleta do mesmo por parte da prefeitura.

5.4 Sistema de Eletrificação e de Abastecimento de Água.

Existe energia em todas as casas do assentamento (no pequeno aglomerado urbano, ou melhor, denominada Agrovila), nas ruas e nas estruturas coletivas. Não existe água encanada no interior das residências, mas cada casa possui um ponto de água potável geralmente no quintal.

A água utilizada, pelos assentados, era captada de um poço profundo e reservada em duas caixas d'água, porém a estrutura de suporte das mesmas rachou e os Engenheiros Civis do INCRA mandaram isolar a área e condenaram a mesma. Atualmente o abastecimento de água é através das tubulações hídricas estaduais, no entanto, no verão a falta de água é constante (foto 07).

5.5 Sistemas Produtivos

A partir da visão produtiva (condições edafoclimáticas) que se tem do município, o assentamento condiz com a mesma, ou seja, existe a produção de gêneros alimentícios que não destoam do resto do município e do Estado em geral (INCRA, 2008).

Pode-se citar como exemplo a produção de jaca, graviola, laranja, caju, manga, acerola, pimenta, abacaxi (foto 08), maracujá (foto 09), banana (foto 10), côco (foto 11), cana-de-açúcar, inhame, amendoim, feijão e mandioca. Alguns desses cultivos são para a subsistência, mas, a maioria destina-se a comercialização. Conforme Medeiros (2003, p. 88), “em geral, os produtos cultivados nos Assentamentos são destinados à alimentação da família ou a venda nos mercados locais: trata-se de produtos estratégicos, funcionando quer para a obtenção de renda monetária, quer para o autoconsumo” (tabela 01).

Existe também pecuária de subsistência praticada em pastagens nativas/plantadas. Segundo os agricultores os tipos de capins mais plantados por eles são: braquiara, erenita, capim fino, pangola, sempre-verde, trazan e capim de corte. Segundo o INCRA (2008), o efetivo do rebanho no Assentamento é de 185 cabeças distribuídas entre bovinos, ovinos e muares (tabela 02).

Com respeito ao número de plantios e colheitas durante o ano verificou-se a predominância de apenas, um a dois plantios por ano e, conseqüentemente, pouca colheita nesse período, pois, toda agricultura sergipana é feita em íntima relação com a precipitação, salvo nos perímetros irrigados (tabela 03). Apenas dois dos assentados utilizam o sistema de irrigação (foto 12). A interferência da seca faz-se dentro do período de plantio e colheita, repercutindo mais acentuadamente nos cultivos anuais (PINTO, 1997, p. 72).

Outro fator que influencia no número reduzido de plantio por ano, além da ausência de irrigação, é a carência de adubos e fertilizantes, para correção dos solos pouco férteis, afirmam agricultores entrevistados.

Quando interrogados sobre o uso do sistema de pousio, três, dos vinte entrevistados, responderam que não utilizam esse sistema porque desenvolvem pastagem em quase toda área do lote; um respondeu que parte de seu lote o solo é pobre de nutrientes e ele não tem condições de corrigi-lo, portanto cultiva sempre a mesma área; e dezesseis deixam a terra descansar um período de seis meses a um ano. Com relação aos tipos de adubos que eventualmente utilizam verificou-se o uso do adubo orgânico, químico, e também em alguns casos, a não utilização de adubos (tabela 04).

Alguns problemas enfrentados pelos agricultores relacionam-se ao manejo das áreas de produção, usando muitas vezes de práticas não conservacionistas, o que vêm acarretando problemas quantitativa e qualitativamente. Como a utilização da queimada e o plantio “morro abaixo” além da não reposição (ou reposição inadequada) de nutrientes ao solo. Também há a ausência no planejamento do plantio da análise do solo, instrumento fundamental para qualquer um que queira implantar a atividade agropecuária. Isso tende a tornar o ambiente insustentável com conseqüências de âmbito social, ambiental e econômico.

Outra dificuldade enfrentada pelos agricultores, é a forma de comercialização da produção. Apesar de ser uma comunidade coletiva, há um evidente individualismo dentro da localidade que a deixa à mercê principalmente de atravessadores para escoar o que produzem. Essa desorganização causa prejuízos e deixa todo o ônus da atividade sob responsabilidade do agricultor. Verificou-se, no local, as seguintes formas de comercialização: na propriedade, na feira, por meio de intermediários, ou de maneira conjugada conforme (tabela 05).

O transporte dos produtos destinados à comercialização, é realizado através de um ônibus coletivo, o qual transporta as pessoas até a feira, já o transporte dos produtos da

lavoura até a agrovila é realizado através de animais e carroças, devido o trator que auxiliava nesse serviço se encontrar quebrado a mais de dois anos.

É importante também citar o péssimo estado de conservação das estradas existentes, (piorado em épocas chuvosas), e a ausência de outras estradas dentro do assentamento dificultando significativamente as atividades no local. Pois existem lotes onde não se consegue transportar o escoar a produção, nem com carroça.

Segundo os agricultores entrevistados, a principal dificuldade enfrentada por eles, é a falta de crédito financeiro para desenvolver suas lavouras. Assim, outras fontes de renda são percebidas dentro do assentamento como bares e mercearias. A presença de trabalho assalariado fora do assentamento é pouco significativa, já a venda do dia de trabalho é mais marcante como fonte alternativa de renda para os filhos dos chefes de famílias assentadas, principalmente no período de corte da cana-de-açúcar, pois, “a agricultura possui um calendário agrícola em que são especificadas as fases de plantio, colheita, etc., provocando intensas relações com as condições sociais da agricultura, migrações internas, e outros fenômenos relacionados com a oferta de trabalho” (DINIZ, 1984, p. 114). (tabela 06).

As políticas assistencialistas se dão por meio do Programa Bolsa Família do Governo Federal, e se torna um dos complementos essenciais da renda familiar. E outro importante complemento é a aposentadoria rural, que beneficia, segundo o INCRA (2008), aproximadamente 10% dos assentados. Dos vinte agricultores entrevistados, 50% recebem algum benefício, e os outros 50% não recebem nenhum tipo de benefício (tabela 07).

5.6 Entidades Parceiras do Assentamento Oito de Março

Movimento Social dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Prefeitura Municipal de Itaporanga D’Ajuda, Assistência Técnica Social e Ambiental – ATES/INCRA (desde setembro de 2007), PETROBRÁS – Projeto Biodisel.

6 CONSIDERAÇÕES

A questão agrária no Brasil é um dos assuntos mais polêmicos da história do nosso país. Nela está inserida a concentração de terras, expropriações, violência no campo, fome, êxodo rural e problemas de ordem social que chega a atingir até os centros urbanos.

Depois de sucessivas tentativas do governo para resolver os conflitos agrários em nosso país, meio de estatutos, Leis, e de um Plano de Reforma agrária, sempre discutidos no meio político e entre os trabalhadores do campo, os Assentamentos Rurais surgem como uma forma de atenuar os conflitos de terra, e proporcionar um pouco de esperança e oportunidade de uma vida mais digna para muitas famílias expropriadas de suas terras ou excluídas do mercado de trabalho.

A exemplo das diversas unidades agrícolas existentes em todo o país, o Assentamento Oito de Março no município de Itaporanga D’ajuda/SE, retrata o que acontece na maioria dos assentamentos brasileiros. Terras que foram conquistadas, sob pressão efetuada, por meio de ocupações organizadas pelo MST.

No entanto, ao receberem os lotes, os agricultores, muitas vezes, deparam-se com vários obstáculos, como a ausência de uma infra-estrutura que ofereça acesso à educação, a saúde, saneamento básico, insumos, assistência técnica eficiente, facilidades de transporte e comercialização dos produtos etc.

Além dessas dificuldades, há também outros problemas, como: tipos de solos, que nem sempre são férteis, e a falta de recursos financeiros para corrigi-los e poder desenvolver suas lavouras de maneira satisfatória - como é o caso do Assentamento em questão.

No entanto, percebe-se que, no Assentamento Oito de Março há algumas potencialidades como, terras com qualidade possível de desenvolver a agropecuária, potencialidade hídrica e recursos humanos (mão-de-obra) que se forem bem administrados através de uma ação conjunta entre governo, (através dos órgãos competentes) e agricultores, resultará numa significativa produção agrícola, melhorando muito a qualidade vida dos assentados e proporcionando uma oferta maior de alimentos nos centros consumidores. Também se observou a perseverança por parte da maioria dos assentados, em permanecer em suas terras, e a esperança de um dia, conseguirem realizar os objetivos pelos quais lutaram, ou seja, a busca de uma vida mais digna para suas famílias.

7 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BERGAMSCO, Sônia M; NORDER, Luis A. Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BONFIM, Luiz Fernando C.; COSTA, Ivanaldo V. G; BENVENUTI, Sara Maria. **Projeto Cadastro da Infra-Estrutura Hídrica do Nordeste**. Diagnóstico do Município de Itaporanga D'Ajuda. Aracaju: SPRM, 2002.

DINIZ, José Alexandre Filizola. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: DIFEL, 1984.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves; CRUZ, Maria Tereza Souza. **Atlas Geo-Histórico e Cultural de Sergipe**. 1.ed. João Pessoa - PB: Brafset, 2007.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Reforma Agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MENDONÇA, Jouberto Uchoa; Silva, Maria Lúcia Cruz e. **Sergipe panorâmico**. Aracaju: UNIT, 2002.

NETTO, Vladimir. Reforma agrária. Disponível em: <http://www.veja.abril.com.br>. Acesso em: 26 abr. 2008.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

PINTO, Josefa Eliane Santana de S. **Os reflexos da seca no estado de Sergipe**. São Cristóvão: NPGeo, UFS, 1997.

INCRA - Plano de Recuperação do Projeto de Assentamento Oito de Março, 2008.

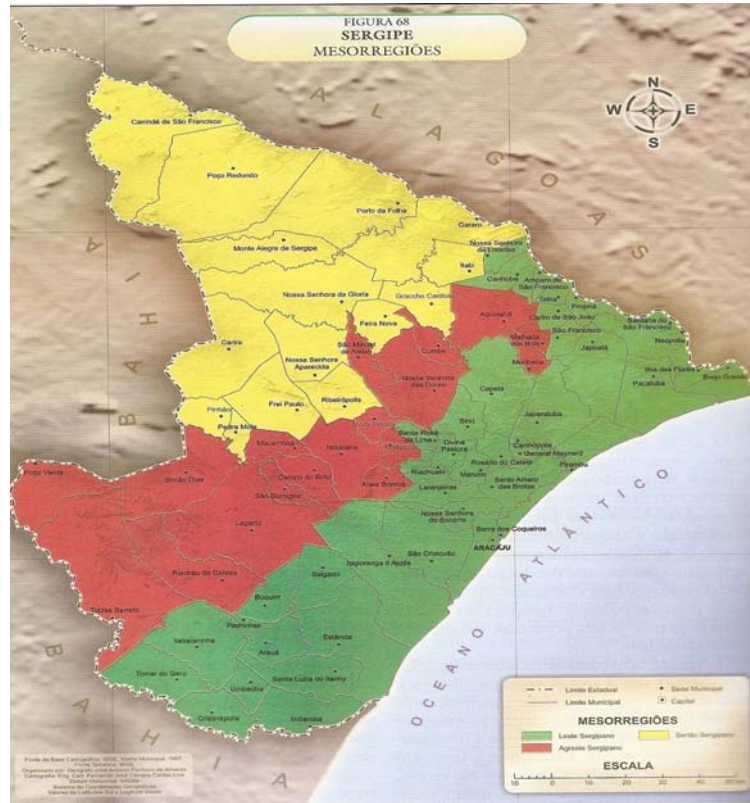
ROMEIRO, Ademar et al. **Produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

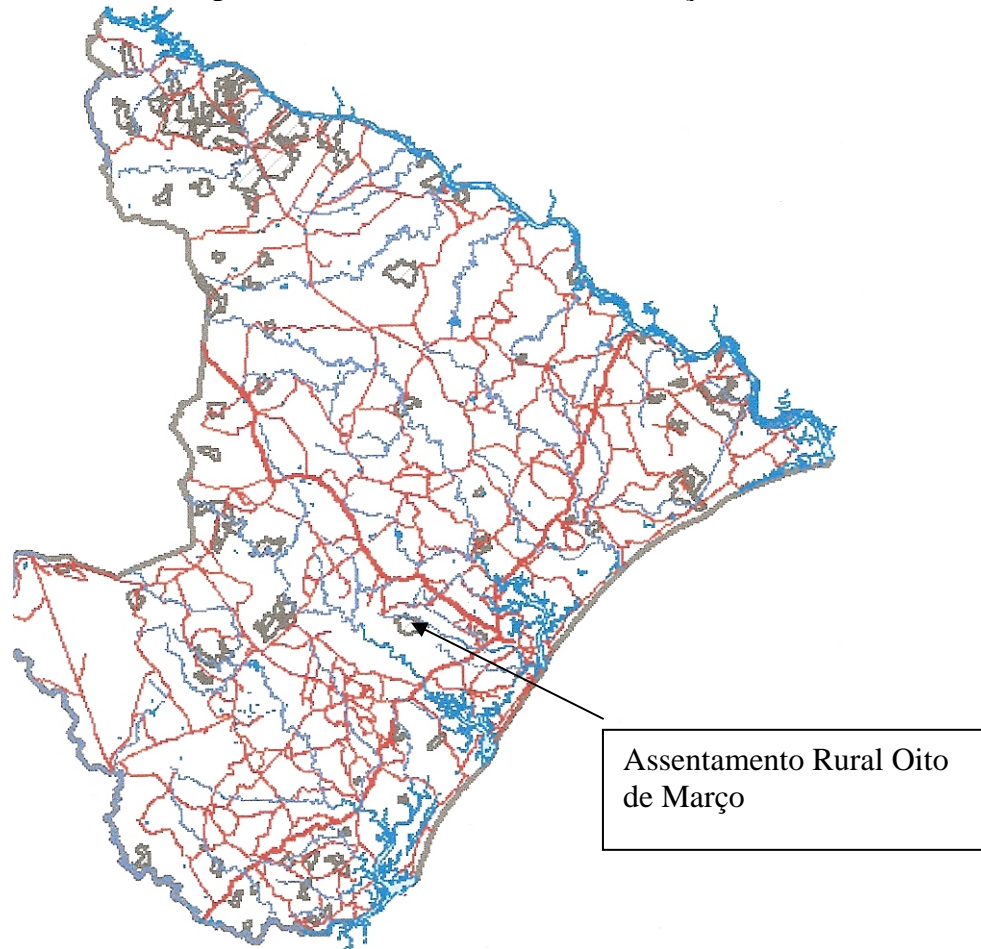
SEPLANTEC/SRH, ATLAS DIGITAL SOBRE RECURSOS HÍDRICOS, 2002.

SILVA, Rosemiro Magno da. **Assentamentos de pequenos produtores rurais em Sergipe**. Aracaju: Secretaria de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Irrigação, 1996.

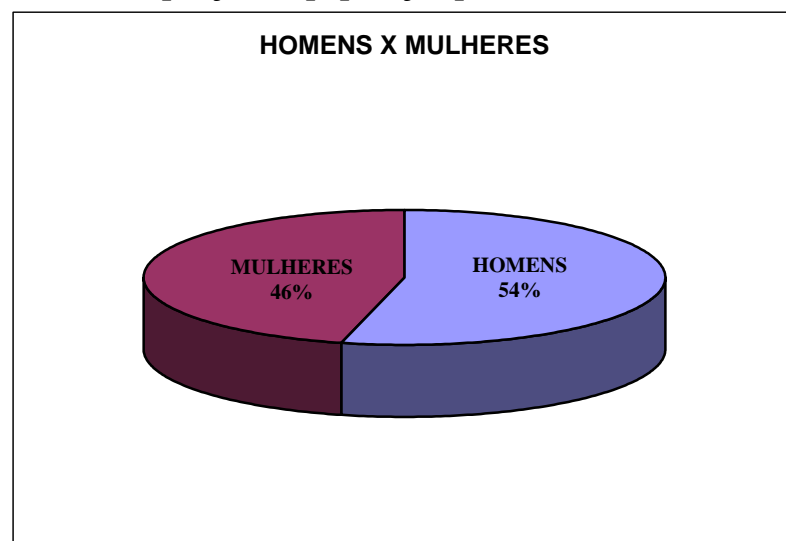
8 ANEXOS

Mapa 01 - Município de Itaporanga D'A Juda, Mesorregião Leste Sergipano



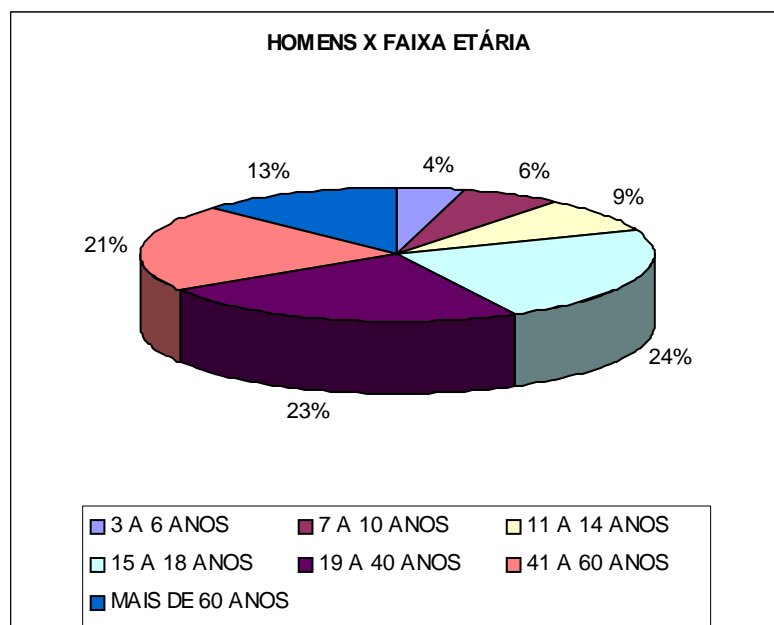
Mapa 02 - Assentamento Oito de Março

Fonte: Atlas Digital Sobre Recursos Hídricos, 2002.

Gráfico 01 - Proporção da população por sexo no PA Oito de Março

Fonte: INCRA, 2008.

Gráfico 2 – Proporção de homens por faixa etária - 2008



Fonte: INCRA, 2008.

Tabela 01 - Quantitativo das culturas desenvolvidas no Assentamento Oito de Março

CULTURA	ÁREA (HECTARES) QUANTIDADE (PÉS)
Coco	3.050 pés
Banana	1.998 pés
Manga	396 pés
Caju	4.632 pés
Pastagens artificiais ou nativas	230,75 ha.
Maracujá	9,93 ha.
Abacaxi	7,57 ha.
Mandioca	47,66 ha.

Fonte: INCRA, 2008.

Tabela 02 - Efetivo total de animais no Assentamento Oito de Março

TIPO	QUANTIDADE
Bovinos	145
Ovinos	16
Muare	24
Total	185

Fonte: INCRA, 2008.

Tabela 03 - N°. de plantios e colheitas realizados por ano

Entrevistados	%	Plantio/Ano	Colheitas/Ano
01	5	1	2
01	5	2	2
01	5	1	4
02	10	1	1 a 2
15	75	1	1

Fonte: pesquisa de campo, 2008.

Tabela 04 - Tipos de adubos utilizados pelos agricultores

Entrevistados	%	Tipos de adubos
02	10	Nenhum tipo
06	30	Adubo orgânico
12	60	Adubo químico
Total	100	-

Fonte: pesquisa de campo, 2008.

Tabela 05 - Formas e local de comercialização dos produtos

Entrevistados	Feira	Feira e intermediário	Apenas intermediário	Não comercializa
01	X			
01				X
05			X	
13		X		

Fonte: pesquisa de campo, 2008.

Tabela 06 - Outras fontes alternativas de renda

Nº. DE AGRICULTORES	%	ATIVIDADES
01	5	Corte de cana
01	5	Carteira assinada
01	5	Trabalha em uma fazenda
01	5	Carpinteiro
01	5	Pedreiro
01	5	Vigia
04	20	Corte de cana e diarista
10	50	Trabalha no Assentamento

Fonte: pesquisa de campo, 2008.

Tabela 07 - Pessoas beneficiadas com projetos assistenciais do governo

ENTREVISTADOS	%	TIPO DE BENEFÍCIO
01	5	Vale gás
01	5	Bolsa escola
03	15	Aposentadoria
05	25	Bolsa família
10	50	Nenhum benefício

Fonte: pesquisa de campo, 2008

Foto 01 – Rio Poxim-Açú



Fonte: pesquisa de campo, 2008.

Foto 02 - Vegetação nativa do Assentamento Oito de Março



Fonte: pesquisa de campo, 2008.

Foto 03 - Casa de farinha



Fonte: pesquisa de campo, 2008.

Foto 04 - Escola Municipal Maria Garcez



Fonte: pesquisa de campo, 2008.

Foto 05 - Quadra poliesportiva do assentamento Oito de Março



Fonte: pesquisa de campo, 2008.

Foto 06 – Centro Comunitário do Assentamento Oito de Março



Fonte: pesquisa de campo, 2008.

Foto 07 - Reservatório de água do assentamento Oito de Março



Fonte: pesquisa de campo, 2008.

Foto 08 - Cultivo de abacaxi



Fonte: pesquisa de campo, 2008.

Foto 09 - Cultivo de maracujá



Fonte: pesquisa de campo, 2008.

Foto 10 - Cultivo de banana



Fonte: pesquisa de campo, 2008.

Foto 11 - Cultivo de côco



Fonte: pesquisa de campo, 2008.

Foto 12 - Sistema de irrigação em um dos lotes do Assentamento



Fonte: pesquisa de campo, 2008.